

# SINT-IFESgo

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO ESTADO DE GOIÁS  
UFG - IFG - IF GOIANO - EBSEERH



**BOLETIM 15 - ANO 3 / 2016**

## **TRABALHADORES/AS EM ALERTA**

- **Resoluções aprovadas na Plenária Nacional da Fasubra**
- **Sindicato propõe resoluções internas para a UFG**
- **Ações do sindicato no primeiro semestre de 2016**

Julho de 2016

## Ações do SINT-IFESgo em 2016/1

A conjuntura econômica e política por que passa o país, ditou um ritmo acelerado no primeiro semestre de 2016. Tanto o governo Dilma quanto o governo Temer encaminharam para o Congresso Nacional diversos projetos de lei extremamente prejudiciais ao serviço público e ao trabalhador público, na contramão do que exigia a população quando foi às ruas em 2013, exigindo mais serviços públicos como: saúde, segurança, educação e garantia de direitos.

Esta conjuntura desfavorável ao trabalhador público, de maneira geral e aos Técnicos-administrativos em particular, demandou do sindicato ações que propiciassem ao trabalhador uma melhor compreensão do momento, por meio de diversos debates sobre temas que estão sendo atacados pelo governo. Assim, além de suas atividades rotineiras de atendimento aos filiados em busca de guias médicas e laboratoriais, de orientação sobre os processos jurídicos, das atividades administrativas e de manutenção da sede social, o sindicato se mantém atualizado e atuante

nas questões políticas e de luta dos trabalhadores, específicas e gerais, em conjunto com outras categorias.

Abaixo estão relacionadas algumas das maiores atividades realizadas com a participação do SINT-IFESgo no primeiro semestre de 2016.

Seguem também as resoluções aprovadas na Plenária Nacional da Fasubra, realizada dias 19 e 20 de junho.

### Sindicato apoia movimento contra OSs

O sindicato esteve presente nos atos contra as Organizações Sociais (OSs), que aconteceu em fevereiro, e manifestou o seu apoio à ocupação da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (Seduc). Foram feitas doações de alimentos e produtos de limpeza para várias escolas ocupadas por estudantes secundaristas. Na oportunidade, expôs também o perigo do PLS 555/2015, em tramitação no Congresso Nacional, que ameaça, em grande escala, as empresas públicas de todo o Brasil.

### Conjuntura nacional motiva assembleia universitária na UFG

O SINT-IFESgo e a Adufg, quando da realização do debate sobre autonomia e democracia nas IFEs, reivindicaram à Reitoria da UFG a realização de assembleia universitária com o objetivo de debater a crise econômica e política e suas repercussões nas Universidades, como prevê o artigo 16 do Estatuto da UFG, que tem como uma de suas finalidades o debate de questões relevantes para a comunidade universitária. A solicitação se deu em função da grave crise política e econômica que gerou cortes no orçamento da UFG. Tais cortes tiveram como consequência o atraso no pagamento dos terceirizados e demissões de trabalhadores destas empresas na UFG, além de não pagamento a fornecedores, trazendo prejuízos às atividades técnicas e administrativas desenvolvidas na UFG.

Aceita a reivindicação das entidades, a UFG realizou, em abril, Assembleia Universitária com o tema “Conjuntura político-econômica e suas Repercussões nas Universidades Brasileiras”. A atividade reuniu diversos professores, técnico-administrativos, estudantes e egressos. A mesa da assembleia foi composta pelo reitor da UFG e por representantes das Regionais Jataí e Catalão, do SINT



SINT-IFESgo participa da assembleia universitária da UFG

-IFESgo, da Adufg e da Associação dos Pós-Graduandos (APG). O evento fomentou o debate em torno da Universidade enquanto espaço para o diálogo, o confronto de ideias e do respeito às diversas visões políticas; a defesa da educação pública de qualidade e da democracia, enquanto luta cotidiana da comunidade universitária; e trouxe questões como o avanço das terceirizações, do sucateamento das universidades públicas e da expansão do ensino privado; bem como a postura conservadora do Congresso Nacional, o que configura uma crise muito mais política que econômica e da busca de alternativas.

## Fasubra aprova novo plano de lutas

A plenária nacional da Fasubra, realizada nos dias 19 e 20 de junho, em Brasília aprovou diversas para o enfrentamento ao desmonte do Estado e o ataque aos servidores públicos traduzidos nos diversos Projetos de Leis enviados ao Congresso Nacional tanto pelo governo Dilma, quanto pelo governo Temer, tais como: a centralidade da luta pelo Fora Temer e o enfrentamento ao pacote econômico de Dilma e Temer, que se traduz em medidas como o PL 257 (reformulada por Temer, as medidas estão agora na PEC 241), na reforma da previdência, nas privatizações, na Desvinculação de Receitas da União (DRU) que reduz o orçamento da saúde e educação, e no descumprimento de acordos de greve; atuação em unidade de ação com iniciativas que se estruturam por distintas frentes (Espaço Unidade de Ação, Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo); paralisação nacional no dia 6 de julho, em defesa da saúde e educação, pelo cumprimento dos acordos de greve, contra o PL 257 (agora PEC 241) e a reforma da previdência e participação na Marcha da Saúde, em Defesa do SUS e contra a privatização da Saúde; apoio e fortalecimento a paralisação nacional em 11 de agosto, a ser desenvolvida no campo da educação, proposta também para a UNE, CNTE e CONTEE, visando uma greve nacional da educação; propor às centrais sindicais o fortalecimento e a construção da greve geral, colocando o seu calendário a serviço dessa iniciativa com debate na



Fasubra se mobiliza contra PEC 241 na luta pela educação e saúde

base sobre os eixos desta greve; dar destaque, em todo esse calendário, à luta contra o machismo e as opressões, e ao combate à cultura do estupro; realização de painel sobre turnos contínuos e jornada de trabalho na próxima plenária; defesa da autonomia e democracia nas Ifes, com eleições e constituição dos conselhos, no mínimo paritária; contra a ação do Ministério Público Federal (MPF) que está “recomendando” às reitorias que não permitam realização de atos no interior das Ifes; contra o corte de recursos para as Ifes e contra o desmonte do MEC e da Ciência e Tecnologia; defesa de política de segurança nos campus das Ifes e contratação de vigilantes via concurso; contra o projeto intitulado “Escola sem partido”, e outros.

### TAEs goianos aprovam deliberações da Fasubra

O SINT-IFESgo realizou uma assembleia geral da categoria no dia 24 de junho de 2016 para referendar os 32 pontos aprovados na Plenária da Fasubra ocorrida nos dias 19 e 20 de junho. Foram aprovadas as resoluções da federação, ficando a cargo do Conselho de delegados do sindicato a elaboração de um calendário das atividades orientadas pela Fasubra, bem como a retomada do debate sobre os turnos contínuos e a discussão sobre a instalação de um estado de greve para a categoria. A assembleia deliberou também que as unidades e órgãos de cada instituição já devem apresentar suas pautas internas. Foram aprovadas, ainda, moções de apoio aos três presos políticos em Goiás (dois dirigentes do MST e um da CTB) e ao movimento de mulheres que ocupou a Reitoria da UFG, reivindicando mais segurança na Instituição.



Unanimidade: trabalhadores aprovam encaminhamentos nacionais

**Delegados sindicais** se reuniram na Sede Administrativa do SINT-IFESgo, no dia 30 de junho, conforme aprovado em assembleia geral. Na ocasião, foi aprovada participação no ato nacional em defesa da saúde e educação, pelo cumprimento dos acordos de greve, contra o PL 257 (agora PEC 241) e a reforma da previdência, que acontece em Brasília, no dia 6 de julho.

## Ciclo de debates promove discussão sobre problemas importantes das Ifes

O SINT-IFESgo, a Adufg Sindicato e a Associação dos Pós-Graduandos da UFG (APG) se unem na criação e realização de um Ciclo de Debates, ao longo de 2016, com temas que afetam tanto a instituição, quanto os trabalhadores e estudantes, face à grave crise política e econômica que atravessa o país. A iniciativa tem ainda o intuito de esclarecer, pontuar e sugerir propostas para a melhoria dos problemas levantados pela comunidade universitária, promovendo maior conscientização e participação.

De fevereiro a junho foram realizados quatro debates: Autonomia e democracia nas IFES, Crise política e impeachment, saúde do trabalhador nas IFES e assédio moral, sexual e outras formas de discriminação. Outros dois temas já estão definidos para os próximos eventos do ciclo, em data a ser definida: Financiamento das universidades e terceirização e Aposentadoria Complementar. A participação dos técnico-administrativos no Ciclo poderá ser considerada para efeito de Progressão por Capacitação.

### Autonomia e democracia nas IFES

O primeiro debate aconteceu em fevereiro com a temática “Autonomia e Democracia nas IFES”. Para palestrar sobre o assunto, o ex-reitor da UnB, José Geraldo de Souza Júnior, foi convidado. A Fasubra Sindical, o Proifes, a UNE, o Conif e a Andifes também fizeram suas apresentações de suas propostas sobre o assunto.

### A crise política no Brasil e suas consequências

Em fevereiro, ainda, houve o debate sobre “A crise política no Brasil e suas consequências”. A segunda atividade do Ciclo de Debates reuniu diversas entidades do movimento social, bem como a comunidade acadêmica em geral. O debate contou com a participação dos cientistas políticos Pedro Célio Alves Borges e Francisco Tavares, ambos Professores da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, do advogado Bruno Pena, especialista em Direito Público e Gestão Pública e presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-GO, e do Reitor da UFG, Prof. Orlando Amaral.

Na oportunidade, enfatizaram que a crise no Brasil



Debate sobre a crise no Brasil e suas consequências

possui um caráter internacional e resultante da ilusão de que seria possível fazer um casamento entre o capitalismo e a democracia. Destacou-se, ainda, que o *impeachment*, impulsionado por interesses políticos e econômicos, é um golpe de estado e que a crise é fruto do rompimento da base social e de isolamento político do governo Dilma, ocasionado pelo descompasso entre o discurso de campanha e o que foi praticado depois de eleita. Foram destacados os avanços e a grande expansão das universidades federais que aconteceram durante os governos de Lula e Dilma e feito um alerta sobre o programa proposto por Michel Temer que prevê vários retrocessos no ensino superior, abrindo, inclusive, a possibilidade de acabar com a gratuidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

### Saúde do trabalhador nas IFES

Em abril, o tema do Ciclo de Debates foi segurança e saúde do trabalhador. Os palestrantes Osvaldo Costa Filho, coordenador dos Exames Periódicos em Saúde dos Servidores da UFPA; Carlos Cezar Soares Batista, coordenador geral de Atenção à Saúde do Servidor / Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do MPOG e representantes dos SIASS do IF Goiano e UFG ressaltaram a evolução das políticas de promoção a saúde no serviço público federal de maneira geral e na UFG, IFG e IF Goiano, em particular. Foram discutidos, ainda, temas pontuais para a melhoria da tratativa sobre saúde e segurança nas Ifes como: Políticas Nacionais de Saúde do Trabalhador, Políticas implementadas na UFG e

nos Institutos Federais. Foi cobrada ainda maior participação dos TAEs na construção e fortalecimento do SIASS.

### Assédio moral, sexual e outras formas de discriminação

A prática do assédio moral, sexual e outras formas de discriminação, infelizmente, ainda é uma realidade e nas instituições federais de ensino não é diferente. O combate à naturalização da reprodução de ações que caracterizam assédio moral, sexual e de preconceitos dentro da instituição é um trabalho longo e constante. Este foi o tema debatido no dia 1º de junho na UFG, com renomados especialistas, como Eliane Gonçalves, professora da Faculdade de Ciências Sociais a UFG, Claudio Santos, assessor jurídico da Fasubra, e Tamara Naiz, presidente da ANPG. Seguido às palestras, houve uma roda de conversa com o objetivo de identificar problemas e soluções sobre o tema na comunidade universitária.

No evento, o sindicato lançou uma proposta para a regulamentação das questões relativas ao assédio moral, sexual e outras formas de discriminação na UFG, além do fortalecimento da Coordenadoria de Ações Afirmativas (Caaf/UFG). A cobrança por mais transparência dos encaminhamentos das denúncias pela instituição e a garantia de proteção ao denunciante (ou vítima) de assédio, foram sugestões de grande adesão por parte dos presentes.

Para o combate à naturalização da reprodução de ações que caracterizam assédio moral, sexual e de preconceitos dentro das instituições de ensino, é fundamental a oferta de capacitação a membros da comunidade, especialmente os gestores, a fim de promover a conscientização sobre os tipos de assédio, e maior divulgação das ações e programas de inclusão e de combate às discriminações existentes na comunidade, com inserção delas no calendário acadêmico, entre outras ações.

Entre os desdobramentos do evento está a proposta de criação de uma comissão permanente de prevenção e combate ao assédio moral no IFG. Nesse sentido, um dos desdobramentos foi a criação de uma comissão provisória que tem por objetivo debater internamente e elaborar projeto específico. Essa comissão já era uma demanda da categoria e constava na pauta de greve de 2015. Em apoio, o SINT-IFESgo patrocinou a vinda da professora Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel, uma das responsáveis pela implantação da política estadual de combate ao assédio moral do Estado do Ceará, programa pioneiro no país.

Está na agenda dos meses de junho e julho a realização de dois debates sobre o tema. Um deles, promovido pelo SINT-IFESgo, aconteceu no dia 28 de junho no Campus Goiânia do IFG. O outro será feito em parceria com professores e pós-graduandos na Regional Jataí da UFG. Está prevista ainda a realização de um de mais uma atividade sobre o tema na Reitoria do IF Goiano.



Debate sobre assédio moral, sexual e outras formas de opressão mobilizou a comunidade universitária em torno da violência contra a mulher

## Mulheres fomentam discussões relacionadas à equidade de gênero

A questão de gênero para o sindicato é um dos temas centrais do debate neste primeiro semestre de 2016. Para tanto, o SINT-IFESgo tem realizado diversos eventos cuja temática principal é a equidade de gênero. O primeiro evento foi organizado pelo SINT-IFESgo, Siass IFG/ IF-Goiano e o DDRH-UFG em comemoração ao Dia da Mulher. Foram promovidas rodas de conversa de mulheres para discussão sobre a equidade de gênero.

O debate se estendeu também ao papel que a mulher atualmente ocupa na sociedade, no trabalho, em casa e em diversos ambientes que atua e frequenta. A roda de conversa propôs a criação de uma Rede de Mulheres no IFG, no IF Goiano e UFG, para conversa de assuntos diversos e encaminhamentos em casos de assédio no trabalho. Esse tema está relacionado com a problemática do assédio e preconceitos, o que torna essa uma ação permanente.

## Alego debate sobre autonomia das Instituições Federais de Ensino

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) promoveu por iniciativa do SINT-IFESgo e a Adufg, em abril, Audiência Pública com o objetivo de discutir o documento emitido pelo Ministério Público Federal (MPF) em Goiás que orientava a UFG, o IFG, o IF Goiano e outras 39 autarquias a não realizar nenhum evento, seja contrário ou favorável, ao processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. A audiência foi convocada pelos (as) deputados (as) estaduais Isaura Lemos (PCdoB), Luiz César Bueno (PT) e Adriana Accorsi (PT). Foram convidados os reitores das três Instituições Federais de Ensino (IFE) Orlando Amaral (UFG), Jerônimo Rodrigues da Silva (IFG) e Vicente Ferreira de Almeida (IF Goiano), bem como os pró-reitores e diretores/coordenadores de curso de to-

das essas IFE. Esta “recomendação” é uma clara afronta à autonomia e democracia universitária. As IFEs são espaços de ensino, pesquisa e extensão, com produção de conhecimentos nas diversas áreas, onde o diálogo com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral deve ser uma constante. A decisão proferida afronta, ainda e sobremaneira, os direitos fundamentais dos trabalhadores e estudantes destas instituições, rompendo com sua condição de sujeitos de direitos. No momento político pelo qual passamos, toda a sociedade se mobiliza e debate sobre as questões nacionais, capitaneadas por movimentos sindicais, estudantis, partidários ou apartidários e todos, sem exceção, tem seu espaço garantido e sua liberdade de opinião e ação respeitadas pelas instituições.

## PLP 257/16 e PEC 241 também são debatidos na Alego

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) realizou, no início de junho, audiência pública com o tema: O PLP 257/2016 e as consequências para o serviço público e os trabalhadores públicos. A audiência foi proposta pelas deputadas Isaura Lemos (PCdoB) e Adriana Accorsi (PT), por iniciativa do SINT-IFESgo, com articulação do Fórum Goiano das Entidades dos Trabalhadores Públicos Federais (Fogef). O PLP 257/2016 possui ainda alguns dispositivos que permitem questões como: privatização das empresas estatais; entrega da gestão dos serviços públicos às Organizações Sociais (OS); transformação da União em seguradora internacional para investimento de empresas nacionais ou multinacionais no exterior; alteração da política monetária, garantindo remuneração da sobra de caixa de bancos para o sistema financeiro; alteração da alíquota de contribuição na previdência de 11%

para 14%; retirada de direitos e congelamento de salários dos trabalhadores do serviço público; retirada do dispositivo que dá aumento real ao salário mínimo. O SINT-IFESgo ressaltou a importância da realização de eventos como esse para provar a unidade do movimento sindical contra o projeto.



Centrais sindicais debatem pacote prejudicial aos servidores públicos

## Sindicato propõe resoluções internas na UFG que regulamentam temas importantes para a categoria



Atento às pautas internas, o sindicato encaminha pautas da greve, como o combate ao assédio moral e o justo controle de frequência

### Assédio Moral

O SINT-IFESgo apresentou uma minuta de resolução para normatizar procedimentos que coíbam práticas de assédio moral, sexual e quaisquer outras formas de discriminação no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG). Esta proposta havia sido apresentada à Reitoria em 2009, sem que essa tivesse dado encaminhamento. A proposta foi reapresentada no debate sobre assédio moral, sexual e outras formas de discriminação, ocorrido na instituição, em 1º de junho. A proposta final foi aprovada em assembleia geral, dia 24 de junho, e será encaminhada ao reitor da UFG com a solicitação de envio ao Conselho Universitário (Consuni).

A proposta objetiva normatizar procedimentos que coíbam práticas de assédio moral, sexual e quaisquer outras formas de discriminação no âmbito da UFG, e que possam submeter os servidores docentes e técnico-administrativos em educação, ou estudante, a procedimentos repetitivos que possam implicar em violação de sua dignidade, ter caráter discriminatório ou, ainda, com intenção de obter vantagens sexuais, por qualquer forma, e que o sujeitem às condições de trabalho ou de estudo humilhantes ou degradantes.

A constituição de uma comissão paritária e permanente de acolhimento das denúncias, composta por representantes estudantis, dos técnicos-administrativos, dos docentes e da gestão, para receber, analisar e encaminhar para os órgãos ou instâncias competentes as denúncias de assédio e discriminação ocorridas no âmbito da UFG. As vítimas

de assédio ou discriminação deverão ser encaminhadas aos serviços Saudavelmente da Procom ou ao apoio psicológico do DDRH. A minuta também pressupõe punições, tanto para os servidores como para os discentes, caso seja apurada e confirmada prática de assédio. Estende a aplicação, também, aos trabalhadores das fundações, empresas públicas, e empresas prestadoras de serviços vinculadas à UFG, o disposto nesta Resolução.

### Controle de frequência

Em razão de encaminhamentos feitos pela Reitoria da UFG, recomendando o controle de frequência dos servidores técnico-administrativos nas unidades e órgãos, a partir de recente denúncia da Controladoria Geral da União (CGU), o SINT-IFESgo levantou debate sobre o assunto. Para o cumprimento da lei, há uma questão fundamental em torno da universidade, que pela natureza de suas atividades, constitui um ambiente diferenciado dos demais setores do serviço público, merecendo por tanto tratamento adequado às suas especificidades. Com isso, outras questões como a isonomia de tratamento entre técnicos e docentes e os turnos contínuos também foram suscitadas. Um ponto fortemente evidenciado na discussão diz respeito à responsabilidade das chefias imediatas nesse processo.

Como ponto de partida para o debate, os trabalhadores técnico-administrativos entendem que o registro de presença é, para além de um dever, um instrumento de defesa individual e que a carga horária deve ser cumprida

da na sua integralidade. No entanto, em atendimento aos Princípios da Isonomia e da Imparcialidade, a Resolução ECU nº 04/96 da UFG deve ser cumprida em sua íntegra e por todos os seguimentos, incluindo, simultaneamente, os docentes.

A proposta parte dos princípios que norteiam a própria Resolução ECU nº 04/96 da UFG, quando afirma que: o trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades possui peculiaridades inerentes ao ensino, pesquisa e extensão que o difere do trabalho de quaisquer outras instituições da administração pública; existe uma ampla diversificação nos trabalhos realizados pelas diversas categorias funcionais dos servidores técnico-administrativos e também nos trabalhos desenvolvidos pelos docentes; as horas trabalhadas pelos servidores de instituições universitárias devem estar intimamente relacionadas a um processo de avaliação institucional contínuo; o desenvolvimento institucional em sua integridade está associado a um processo de desenvolvimento de seus recursos humanos e que não pode ser confundido e nem substituído por um mecanismo administrativo burocrático que introduz fichas a serem preenchidas; compete à chefia imediata a primeira responsabilidade pelo acompanhamento do trabalho sido feito na UFG de forma não uniforme e não sistemática.

Com base nestes princípios, a categoria aprovou o encaminhamento de proposta ao reitor da UFG, com os seguintes pontos: isonomia de tratamento entre técnico-administrativos e Docentes; ficha de frequência deve ser individual para todos; regulamentação do tele-trabalho; acompanhamento da frequência deve ser atribuição do chefe imediato; a necessidade de ser estabelecido um prazo de tolerância para entrada e para saída dos servidores e a possibilidade de compensação de horas, evitando assim desgastes e prejuízos para os servidores e para a instituição; as fichas de Registro de Frequência devem ficar em local de fácil acesso aos servidores, de preferência



em local próximo ao seu local de trabalho e que, tanto o Registro de Frequência dos Servidores Técnico-administrativos (FRF), quanto a Ficha de Registro de Atividades Docentes (FRA), devem ficar no mesmo local; identificação da natureza do trabalho e definição de modelo específico de controle de presença; reativação do módulo do SIGAA que permite o registro de ausência do docente em sala de aula; alterar o conceito de recesso acadêmico, que contempla somente docentes e discentes, para que todos sejam beneficiados; exigir do docente que ocupa cargo de direção, chefia e/ou função, cujo cargo não está previsto nas exceções previstas no § 7º, do Art. 6º do Decreto 1.590/1995, a necessidade de registro de frequência; e atualização da referida resolução.

### **Outras resoluções estão sendo elaboradas**

Na UFG, o sindicato tem atuado ainda na construção de uma política de segurança para a UFG; da minuta de resolução que estabelece novo processo de avaliação de desempenho dos TAE; na minuta sobre segurança e saúde do trabalhador e da minuta da resolução do Cepec que dispõe sobre o regulamento das atividades de pesquisa da UFG, incluindo os técnico-administrativos.

## EXPEDIENTE

**Coordenação Geral:** Fátima dos Reis  
**Coordenação de Imprensa:** Silvânia Lima  
**Edição:** Artur Dias, João Pires, Fernando Mota  
**Texto:** Artur Dias, Hebert Nascimento  
**Editoração:** Artur Dias e Murillo Bernardo  
**Impressão:** Gráfica Vereda  
**Fotografia:** Arquivo

**Endereço das sedes do SINT-IFESgo:**  
**Administrativa** - 5ª Avenida, nº 1213 Setor Leste Universitário  
 Fone: (62) 3261-4465

**Social** - Rua 01, Qd. Área, Lt. 24, Chácara Califórnia  
 Goiânia - GO (saída para a cidade de Nova Veneza)  
 Fone: (62) 3205-1663

### Redes Sociais:

 @SINTIFESgo

 [www.facebook.com/SINT.IFESgo](http://www.facebook.com/SINT.IFESgo)

[www.sint-ifesgo.org.br](http://www.sint-ifesgo.org.br)